



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 2, art. 4, p. 79-90, fev. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.2.4>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



A Nova Política de Educação a Distância: Uma Análise das Postagens do Instagram

The new Distance Education Policy: An Analysis of Instagram Posts

Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Doutor em Administração pela Universidade do Grande Rio
Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ)
professorclaudiomaciel@gmail.com

Antônio José Barbosa de Oliveira

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ)
antoniojose@facc.ufrj.br

Gustavo Cravo Azevedo

Doutor em Ciências Sociais (PUC-RIO)
Técnico Administrativo Educacional - TAE (UFRJ)
gustavocravo@facc.ufrj.br

Maria Cecilia Chaves

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense
Professora Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ)
mceciliachaves@facc.ufrj.br

Endereço: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Urca
22290902 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Endereço: Antônio José Barbosa de Oliveira

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Urca
22290902 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Endereço: Gustavo Cravo Azevedo

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Urca
22290902 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Endereço: Maria Cecilia Chaves

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Urca
22290902 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 20/12/2025. Última versão recebida em 05/01/2026. Aprovado em 06/01/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Após meses de expectativa por parte dos atores do setor educacional — gestores de IES, docentes, trabalhadores de instituições de ensino, entidades de classe, entre outros —, um novo marco regulatório do Ensino a Distância (EAD) foi aprovado em maio de 2025, por meio do Decreto nº 12.456/2025. A nova legislação promoveu mudanças significativas no ensino superior, incluindo a criação de uma modalidade semipresencial, a proibição de determinados cursos na modalidade a distância e a imposição de regras mais rigorosas para o funcionamento dos cursos em atividade. Se, por um lado, o novo marco busca combater a proliferação de cursos de baixa qualidade, por outro, as mantenedoras privadas argumentam que as novas exigências poderão elevar os custos das mensalidades, restringindo o acesso ao ensino superior para as camadas mais vulneráveis da população. Este estudo analisa o debate sobre as mudanças na modalidade EAD nas redes sociais, com foco no Instagram. Foram selecionadas quatro postagens sobre o tema, cujos comentários foram categorizados em quatro grupos distintos. Os resultados indicam ampla aceitação das novas regras nos canais analisados, embora ainda existam pontos que demandam aperfeiçoamento.

Palavras-chave: Gestão Estratégica de IES. Ensino a Distância. Marco Regulatório.

ABSTRACT

After months of anticipation by stakeholders in the education sector—including higher education institution (HEI) administrators, faculty members, education workers, and professional associations—a new regulatory framework for Distance Education (DE) was approved in May 2025 through Decree No. 12,456/2025. The new legislation introduced significant changes to higher education, including the creation of a blended (hybrid) modality, the prohibition of certain programs from being offered via distance education, and the imposition of stricter rules for the operation of ongoing courses. While, on the one hand, the new framework aims to curb the proliferation of low-quality programs, on the other hand, private educational providers argue that the new requirements may increase tuition costs, thereby restricting access to higher education for more vulnerable segments of the population. This study analyzes the debate surrounding changes to the distance education modality on social media, with a focus on Instagram. Four posts on the topic were selected, and their comments were categorized into four distinct groups. The results indicate broad acceptance of the new rules across the analyzed channels, although there are still aspects that require further improvement.

Keywords: Strategic Management of Higher Education Institutions. Distance Education. Regulatory Framework.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil vem passando por grandes transformações nas últimas décadas. O grande crescimento do setor, em parte alimentado pela flexibilização das regras do Ensino a distância (EAD) e a concentração dos grandes grupos educacionais, fez com que surgisse uma série de críticas em relação ao modelo adotado (QUIROGA, 2023). Dourado, Moraes e Siqueira (2025) assinalam que este crescimento da modalidade EAD também gerou questões a serem debatidas: a ausência de uma política estruturante, os parâmetros efetivos de qualidade e a financeirização e seus impactos educacionais.

Além dessas questões, outro problema tornou-se emergente na EAD: a baixa qualidade de ensino, comprovada pelo desempenho dos alunos desta modalidade em relação aos presenciais, principalmente nos cursos de licenciaturas. Ferreira, Teixeira e Ferreira (2025) criticam os conteúdos digitais postados nos ambientes de aprendizagem, dado que “a tecnologia tem propiciado a eles um conteúdo defasado e com poucas oportunidades de incentivo à reflexão”.

Diante desse cenário, o Governo Federal assinou o Decreto 12456/2025 com regras mais rigorosas sobre a operacionalidade das modalidades de ensino superior praticadas. Desta forma, o objetivo deste estudo é o de analisar o debate sobre essas mudanças na modalidade de Ensino a Distância nas redes sociais, em especial o Instagram. Por meio das reações contida nos comentários das postagens da divulgação das novas regras, espera-se que contribua para o debate sobre a importância e escopo da EAD no ensino superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Crescimento do Ensino a Distância No Brasil

Conforme dados do Censo da Educação Superior (2024), havia no Brasil, em 2013, 1258 cursos a distância, acolhendo um total de 1.153.572 alunos matriculados na modalidade. Após 10 anos, o país contava com 10.554 cursos e 4.913.481 matrículas na modalidade a distância. Esse alto crescimento se deu principalmente após 2018, com a desregulamentação de abertura de novos cursos e polos contida no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Os grandes grupos privados foram favorecidos com estas medidas aumentando a capilaridade de atuação no Brasil. Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior (2024), quatro grandes Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes a grandes grupos

educacionais respondem por 24% das matrículas no ensino superior, sem considerar as demais controladas e subsidiárias destes grupos. Por outro lado, Sampaio e Pires (2025) apresentam um grave cenário de precarização das pequenas IES privadas, pois “cerca de 40% das IES no Brasil que são consideradas de pequeno e médio portes contam com até 300 alunos matriculados, o que corresponde a 1% do total de matrículas”.

Da Silva Arêas *et. al.* (2025) creditam este crescimento à forte concorrência entre as IES que baixaram o valor da mensalidade ao longo dos anos, em função da economia de escala e da concentração dos grandes grupos educacionais. Ao analisar o comportamento dos preços praticados no período de 2012 a 2022, os autores verificaram uma redução de 60% em termos reais dos preços praticados.

Gatto *et. al.* (2024) também descrevem outras questões que a modalidade EAD oferece, pois facilita o acesso aos estudantes de baixa renda, como o custo do transporte gasto nas modalidades presenciais e o acesso ao material didático acessível, já incluso na mensalidade paga.

2.2 Desempenho dos Cursos a Distância

Diferentes estudos foram realizados sobre o tema. Quiroga (2023) aponta para o dilema da modalidade EAD que se equilibra entre a qualidade e o diploma. Orth, Kayser e Mangan (2024) por sua vez descrevem uma grande mudança na modalidade EAD, a partir da pandemia da COVID-19, com o rápido crescimento do número de alunos matriculados em concorrência direta com o ensino presencial. Rodrigues e Agustini (2024) afirmam que as próprias peças de publicidade das IES privadas descreviam neste período a modalidade EAD como o novo normal.

O próprio ensino presencial teve que se adaptar ao modelo remoto de ensino com aulas síncronas, durante pelo menos dois anos consecutivos. Este ensino remoto emergencial foi objeto de diversas críticas posteriormente, sobretudo pela falta de planejamento e preparo para a adoção da modalidade. (LEAL *et. al.*, 2025)

Silva *et. al.* (2023) descrevem indicadores de desempenho listados pelo Tribunal de Contas da União para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Dentre esses índices destacam-se:

- Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) - razão entre diplomados e ingressantes;
- Índice de Qualificação no Corpo Docente (IQCD) – Titulação do corpo docente e capacidade de integrar ensino/pesquisa/extensão;

➤ Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG) – Envolvimento discente com atividades de pesquisa.

Torna-se evidente que grande parte das IES que ofertam a modalidade EAD passam longe desses requisitos de qualidade apontados pelo TCU, principalmente nos grandes conglomerados privados cujo foco está centralizado no ensino.

Quanto aos desempenhos dos cursos no Exame Nacional de Cursos (ENADE), Dal Sasso *et.al.* (2025) encontraram um baixíssimo desempenho das licenciaturas EAD dos grandes grupos educacionais. Cerca de 84% dos alunos matriculados em licenciaturas EAD desses grupos obtiveram nota 2 no ENADE, o que corresponde a um resultado bastante a desejar. Dessa forma, os autores sinalizam que “a democratização ao ensino superior sem assegurar a qualidade pode comprometer a essência da educação”.

Garcia e Da Motta (2024) assinalam que este protagonismo das IES privadas no EAD gerou uma cobrança pela busca de qualidade em função do rápido crescimento quantitativo verificado nos últimos anos. Assim, tal cobrança por parte da sociedade pressionou o governo a debater e criar regras mais rígidas de controle e de fiscalização destas IES.

2.3 Nova Política de Educação a Distância

O Decreto 12456/2025, de 19 de maio de 2025, estabeleceu novas regras para o ensino a distância. Nesse decreto houve a criação de três modalidades de ensino: presencial, semipresencial e EAD. Na modalidade presencial, a carga horária deve ser distribuída entre 70% para aulas presenciais e 30% para EAD. Na modalidade EAD, é obrigatória a carga horária de 10% de disciplinas presenciais e 10% de atividade síncrona mediada (ASM), que consiste em aula ao vivo com 70 alunos por turma. Por fim, uma nova modalidade foi criada: a semipresencial, com distribuição de carga horária para 30% de atividades presenciais, 20% ASM e 50% para EAD.

Alguns cursos também tiveram restrições de oferta de modalidade. A oferta de cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia deve ser somente na modalidade presencial. Também houve a restrição de oferta na Modalidade EAD para cursos de Licenciaturas e de Engenharias. Essas decisões estavam ancoradas nas pressões exercidas pelos diferentes conselhos de classe profissionais (OAB, COFEN, CFP) que defendiam abertamente a proibição do EAD para seus cursos.

Júnior (2025) afirma que tais medidas servem como oportunidade não só para as IES reverem os modelos educacionais praticados, a qualificação do corpo docente e técnico,

sobretudo para refletir a regulação como uma ferramenta de “estímulo à criatividade e à inovação responsável”.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva, baseada na análise de quatro postagens no Instagram sobre o mesmo tema: a divulgação, pelo governo, das novas regras para o Ensino a Distância. Uma das postagens é de caráter oficial, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), enquanto as demais são de três grandes portais de mídia: G1 (10,5 milhões de seguidores), CNN Brasil (5,1 milhões) e Jovem Pan News (3,5 milhões).

As postagens selecionadas estão apresentadas na Figura 1, na seguinte ordem, da esquerda para a direita: Jovem Pan News, MEC, G1 e CNN Brasil. A escolha desse conjunto considerou tanto o alcance expressivo das publicações quanto a diversidade de perfis do público seguidor — variando de uma conta institucional a um portal identificado com um público de perfil mais oposicionista, como o da Jovem Pan News.

Figura 1 – Postagens sobre as medidas do novo marco de regulação da EAD



Fonte: Instagram (2025)

De cada uma dessas postagens, foram extraídos os comentários e analisados, pautados nos seguintes grupos de classificação dos comentários com base no referencial teórico apresentado:

Grupo A – comentários favoráveis às medidas, sendo críticas à EAD.

Grupo B – postagens favoráveis à medida, porém querem mais cursos incluídos na lista de presenciais.

Grupo C – Desfavoráveis às medidas, pois defendem a EAD como inclusão para os mais pobres.

Grupo D - Radicalmente favoráveis à EAD como modalidade.

Para organização e análise do conteúdo dos comentários, foram utilizados os recursos da Inteligência Artificial (IA) do ChatGPT e AIQDA nos arquivos das quatro postagens. Tais resultados foram cruzados entre as duas ferramentas e, posteriormente, checados e validados os comentários identificados como pertencentes a cada um desses grupos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Conforme a Tabela 1, apresentada abaixo, podemos verificar uma grande parcela de comentários aprovando a medida. No entanto, um percentual de resistência se situa nos comentários desfavoráveis à medida com defesas à Modalidade do Ensino a Distância, justificado, em grande parte, pelo perfil oposicionista ao governo dos seguidores do veículo de comunicação. Mesmo assim, a maioria dos comentários é favorável à medida de regras mais duras na modalidade a distância.

Tabela 1 – Categorização dos comentários das postagens por veículos de comunicação

Comentários	MEC		G1		CNN		Jovem Pan	
	Comentários	Percentual	Comentários	Percentual	Comentários	Percentual	Comentários	Percentual
Grupo A	28	41,2%	25	37,9%	29	48,3%	20	33,9%
Grupo B	12	17,6%	13	19,7%	11	18,3%	12	20,3%
Grupo C	18	26,5%	20	30,3%	13	21,7%	14	23,7%
Grupo D	10	14,7%	8	12,1%	7	11,7%	13	22,0%
Total	68	100,0%	66	100,0%	60	100,0%	59	100,0%

Fonte: Autores (2025)

Nos comentários favoráveis, muitas postagens criticam a atual forma de regulação do ensino a distância proporcionando um ensino de qualidade duvidosa, principalmente após o período de pandemia. Inclusive comentários críticos a cursos que estavam anteriormente autorizados, como o curso de Enfermagem:

“Que notícia maravilhosa! Já noto o prejuízo das graduações a distância aqui em consultório. Todas deveriam ser presenciais.”
(Comentário na Postagem 3)

“Enfermagem em EAD. Vai meter agulha em quem? No travesseiro? Rindo litros !!.” (Comentário na Postagem 4)

Apesar das críticas, Júnior (2024) identificou uma idade média elevada (acima de 30 anos de idade) nos cursos de saúde na modalidade EAD. Isso pode demonstrar que ou os alunos estão na sua segunda graduação, ou atuam na área de saúde e, somente após uma determinada experiência no mercado de trabalho, tomam a decisão de cursar uma faculdade, como o caso das técnicas de enfermagem (formação de ensino médio) se matricularem em cursos EAD de Enfermagem.

Ainda sobre a aprovação de medidas, uma série de profissionais que não tiveram seus cursos contemplados como integralmente presenciais, protestaram. Esse comportamento vai ao encontro dos posicionamentos das respectivas entidades de classe (como os Conselhos Regionais) que recusam o ensino a distância como modalidade de formação de seus profissionais.

“Fisioterapia devia ser exclusivamente presencial também.”
(Comentário na Postagem 2)

Me intriga o curso de Fono não ter entrado também. Só eu sei como fonoaudióloga o quanto precisamos das práticas presenciais!”
(Comentário na Postagem 1)

Um grande ponto forte na defesa do Ensino a distância está no alcance da modalidade para um público-alvo da classe menos favorecida, em geral a trabalhadora. Essa inclusão, de fato, permitiu o acesso de milhões de trabalhadores das classes C/D ao ensino superior, dado que os tíquetes-médio estão na faixa inferior a R\$ 200,00 de mensalidade.

“O ruim é que muitas mães e pessoas pobres não vão conseguir mais fazer faculdade, porque presencial é bem mais cara.”
(Comentário na Postagem 4)

“Pobre não tem dinheiro e nem tempo pra cursar faculdade presencial. E viva o pai dos pobres mais uma vez.” (Comentário na Postagem 2)

De fato, a modalidade proporciona uma forma mais acessível ao ingresso no ensino superior. Alves et.al. (2025) evidenciam as facilidades de inclusão e democratização dessa modalidade, com a preocupação de acesso às plataformas digitais. Esse fato é agravado principalmente pela dificuldade de ter internet mais veloz, compatível para acessar o conteúdo digital (DOS SANTOS *et.al.*, 2025).

No entanto, esse grupo de comentários nas postagens estudadas está alinhado com Schuster et. al. (2024), pois afirmam que na modalidade EAD “é possível realizar sonhos e

oportunidades de crescimento pessoal e profissional, ao trabalhar e estudar ao mesmo tempo”.

Em um ponto de vista mais radical em defesa do ensino a distância, verificam-se críticas ao governo e ao conceito proposto de qualidade de ensino. A defesa da desregulação mais intensificada vem alinhada com a defesa do livre mercado, preconizado principalmente por grupos mais alinhados com a oposição ao governo. Além disto, reforça o discurso de que a EAD é uma modalidade que proporciona liberdade ao aluno.

“Isso não é qualidade. É ingerência autoritária disfarçada de pedagogia.” (Comentário na Postagem 2)

“O governo quer controlar até como estudamos, EAD é liberdade.” (Comentário na Postagem 4)

Kroetz e Ozelame (2023) analisam o discurso de que a EAD esteja associada à liberdade como uma “falsa sensação de liberdade e autonomia quando apresenta novas formas de subjetivação, muitas das vezes mais hostis de controle, por meio de outros discursos, criando novos mecanismos de controle”.

5 CONCLUSÃO

Embora o estudo tenha incluído postagens referentes a diferentes perfis seguidores dos canais de comunicação, existe um consenso de que as regras de funcionamento do Ensino a Distância deveriam ser mais rígidas. No entanto, a demora pela adoção das medidas e o prazo de carência de até dois anos para as medidas serem implementadas despertam algumas questões.

A primeira é se as medidas estão dentro de uma política de Estado ou de Governo. A possibilidade de ação dos grupos de pressão a favor e contra o ensino a distância pode gerar insegurança na estratégia de longo prazo das instituições de ensino, em especial as privadas. Nota-se que a ação dos conselhos regionais das diferentes categorias profissionais influencia diretamente seus profissionais registrados, conforme observado nos comentários das postagens.

Também não se pode descartar a narrativa da inclusão social de acesso ao ensino superior com mensalidades baixas às camadas mais pobres da sociedade. De fato, uma geração de egressos contribuiu para a melhoria da qualidade de mão de obra para o país, ainda que distante do desejado.

O prazo de carência de dois anos para implementação pode gerar incerteza na efetividade dessas medidas, dado que temos uma eleição presidencial no próximo ano, e que políticas de governo podem ser revistas. Assim, investimentos realizados para adaptação às novas regras podem se transformar em custos afundados.

Outra questão se refere à formação da equipe que irá atuar na EAD. As medidas deixaram em aberto o papel do mediador pedagógico e do docente, o que pode gerar impacto nos valores de contratação das horas-aula, formato de contratação mais recorrente nas IES privadas. Isso também pode gerar inseguranças jurídicas para as próprias IES no futuro em relação a questionamentos na Justiça do Trabalho sobre a tarefa do docente e do mediador.

Convém também ratificar que este trabalho não se propõe a se posicionar a favor ou contra a modalidade EAD e sim apresentar contribuições que possam enriquecer o debate para o papel do ensino superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. L *et al.* Inclusão em rede: a EAD como estratégia para alcançar os invisibilizados da educação presencial. **Missioneira**, v. 27, n. 7, p. 101-111, 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2024**. Brasília, 2024.

DA SILVA ARÊAS, C. M. M; DE OLIVEIRA, A. J. B; DE ARAÚJO, F. F. Aspectos sobre a modalidade de ensino a distância no Brasil (2007–2022)/Aspects about the modality of distance learning in Brazil (2007–2022). **Revista FSA** (Centro Universitário Santo Agostinho), v. 22, n. 2, p. 137–148, 2025.

DEL SASSO, E; MORAES, M. C. B; ARDIGO, J. D.; TEZZA, R. **IOSR Journal of Business and Management** (IOSR-JBM) e-ISSN:2278-487X, p-ISSN: 2319-7668. Volume 27, Issue 5. Ser. 9, pp 61-75. 2025

DOURADO, L. F; MORAES, K. N; SIQUEIRA, R. M. Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e286167, 2024.

DOS SANTOS, L. G *et al.* A inclusão digital e a educação a distância para a democratização do ensino. **Revista Acadêmica Online**, v. 11, n. 58, p. e1577, 2025.

FERREIRA, C. G; TEIXEIRA, P. J. M; FERREIRA, C. H. O dilema da educação a distância: uma precarização do ensino? **Revista Valore**, v. 10, 2025.

GARCIA, B. E. S; DA MOTTA, J. R. A trajetória da EAD no Brasil: um olhar do institucionalismo sociológico. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 57–71, 2024.

GATTO, M. D. A *et al.* **Educação a distância**: capilaridade e inclusão das minorias. *Revista Tópicos*, v. 2, n. 14, p. 1–17, 2024.

JÚNIOR, C. V. B *et al.* Maior inclusão social foi evidenciada na educação a distância? Análise da democratização de acesso ao ensino superior em saúde. **Educação Online**, v. 19, n. 45, p. e24194504, 2024.

JÚNIOR, F. R. M. A nova regulação da Educação a Distância no Brasil: impactos e desafios para a qualidade e inovação no Ensino Superior. *Revista edUCA – Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista*, v. 8, p. e025015, 2025.

KROETZ, K; OZELAME, D. M. A proliferação da educação a distância: problematizando alguns discursos. **Ensino em Perspectivas**, v. 4, n. 1, p. 1–16, 2023.

LEAL, C. B *et al.* A cultura do preconceito contra a EaD, o ensino remoto emergencial e sua qualidade educacional. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 1, p. e8831, 2025.

ORTH, M. A; KAYSER, P; MANGAN, V. Educação superior presencial e a distância: algumas análises a partir dos censos da educação superior. **Revista Paidéi@ – Revista Científica de Educação a Distância**, v. 16, n. 29, p. 121–146, 2024.

QUIROGA, F. L. A educação pública sob ameaça: os perigos da corrida mercantilista na educação superior a distância. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 17, 2023.

RODRIGUES, E. A; AGUSTINI, C. L. H. Sentidos de educação na publicidade da EaD: do paradigma do processo ao paradigma do produto. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e243770, 2022.

SAMPAIO, H; PIRES, A. Avaliação e regulação da educação superior no Brasil: impasses e desafios. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 30, p. e025006, 2025.

SCHUSTER, I *et al.* Educação a distância como uma modalidade de inclusão social. **REI – Revista de Educação do UNIDEAU**, v. 5, n. 1, p. e180, 2025.

SILVA, C. M. M *et al.* Desempenho acadêmico dos alunos de ciências contábeis da FACC/UFRJ: uma abordagem preliminar do modelo de Vicent Tinto. **XXII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, 2023.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

ARÊAS, C. M. M. S; OLIVERA, A. J. B; AZEVEDO, G. C; CHAVES, M. C. A Nova Política de Educação a Distância: Uma Análise das Postagens do Instagram. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 2, art. 4, p. 79-90, fev. 2026.

Contribuição dos Autores	C. M. M. S. Arêas	A. J. B. Olivera	G. C. Azevedo	M. C. Chaves
1) concepção e planejamento.	X	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X